



Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

AUTÓGRAFO Nº 51, DE 15 DE SETEMBRO DE 2021

Dispõe sobre o vencimento de Alvará de Funcionamento, disciplinados pela Lei nº 1705, de 04 de dezembro de 1997, e dá outras providências

Projeto de Lei nº 55/2021

Processo nº 2603/2021

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o artigo 57 da Lei Orgânica do Município, faz saber que esta Edilidade aprovou o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º. Considerando as consequências nefastas causadas na economia local por conta da pandemia da COVID-19, os Alvarás de Funcionamento disciplinados pela Lei Municipal nº 1.705, de 04 de dezembro de 1997, terão seus vencimentos prorrogados, precariamente e em caráter excepcional, até 1º de janeiro de 2023.

Art. 2º. Os Alvarás de Funcionamento vencidos, mas com pedidos de renovação em tramitação à data de vigência desta Lei, poderão ser renovados, precariamente e em caráter excepcional, até 1º de janeiro de 2023, mediante declaração do titular da atividade a ser licenciada, atestando a sua regularidade quanto à segurança, higiene, saúde, moralidade e sossego público.

Art. 3º. O contribuinte que, originariamente, requerer Alvará de Funcionamento (alvará novo), ser-lhe-á concedido precariamente e em caráter excepcional, mediante declaração do titular da atividade a ser licenciada, atestando a sua regularidade quanto à segurança, higiene, saúde, moralidade e sossego público.

Parágrafo único. O Alvará de Funcionamento concedido nos termos do *caput* deste artigo terá validade até a data da análise do requerimento e se concedido, observar-se-á, quanto ao prazo de validade, precariamente e em caráter excepcional, as disposições do artigo 1º.

Art. 4º. A prorrogação, a renovação e a concessão de Alvarás de Funcionamento de que tratam os artigos 1º, 2º e 3º desta Lei, não inibem as fiscalizações de

Paul



Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

Posturas, Tributárias e Sanitárias e desta forma, as violações de normas municipais, estaduais e federais ou ainda, a constatação de que o funcionamento da atividade licenciada coloca em risco o interesse público, por não observar as disposições legais de segurança, de higiene, de saúde, da moralidade e do sossego público, poderá ensejar, por despacho motivado do Secretário Municipal de Receita, as medidas estabelecidas na legislação vigente, como multas, interdição e ou emparedamento do estabelecimento, suspensão ou cassação do Alvará.

Parágrafo único. As declarações do titular da atividade a ser licenciada, atestando a sua regularidade quanto à segurança, higiene, saúde, moralidade e sossego público, nos termos dos Anexos I e II, serão feitas/dadas sob as penas da Lei, devidamente assinadas com firma reconhecida ou na presença de servidor público, que lhe certificará a autenticidade, facultando-se a assinatura digital, no padrão ICP-Brasil, que permita a identificação da autoria.

Art. 5º. A expedição do Alvará de Funcionamento não dispensa o contribuinte do cumprimento de obrigações tributárias e de preços públicos.

Art. 6º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações próprias de orçamento, suplementadas, se necessário.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos até 1º de janeiro de 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA, em 15 de setembro de 2021, 461º da Fundação da Cidade e 67º da Emancipação Político Administrativa do Município.

VEREADOR DAVID RIBEIRO DA SILVA

Presidente

Registrado no Departamento de Serviços Parlamentares e afixado no quadro de Editais, nesta data.

SIMONE BATISTA DA SILVA SANTOS

Diretora de Departamento de Serviços Parlamentares



Câmara Municipal de Itaquaquetuba

Estado de São Paulo

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____ portador (a) do documento de identidade nº _____ e CPF nº _____, titular da empresa _____ inscrita no Cadastro Mobiliário Municipal sob nº _____ e no CNPJ sob nº _____, conforme documento anexo, **DECLARO** nos termos do artigo 3º, da Lei Municipal nº _____ de _____ de _____ de 2021, que o imóvel utilizado pela referida empresa localizada na _____ nº _____ bairro _____, com o ramo de atividade de _____, atende as disposições legais referentes à segurança, à higiene e à saúde pública. Assumo nos termos do artigo 299, do Código Penal total responsabilidade pelas informações prestadas.

Itaquaquetuba, _____ de _____ de 2021.

Assinatura



Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

ANEXO II

DECLARAÇÃO

Eu, _____ portador (a) do documento de identidade nº _____ e CPF nº _____, titular da empresa _____ inscrita no Cadastro Mobiliário Municipal sob nº _____ e no CNPJ sob nº _____, conforme documento anexo, **DECLARO** nos termos do artigo 3º, da Lei Municipal nº _____ de _____ de _____ de 2021, que a atividade exercida na _____ nº _____ bairro _____, com o ramo de atividade de _____, atende as disposições legais referentes à moralidade e o sossego público. Assumo nos termos do artigo 299, do Código Penal total responsabilidade pelas informações prestadas.

Itaquaquecetuba, _____ de _____ de 2021.

Assinatura